

ESTAMOS CONTRIBUINDO PARA CONSTRUIR UMA ALTERNATIVA SOCIALISTA E LIBERTÁRIA PARA O BRASIL

**ENTREVISTA COM A ORGANIZAÇÃO SOCIALISTA
LIBERTÁRIA (OSL) FEITA PELA EMBAT, ORGANIZAÇÃO
LIBERTÁRIA DA CATALUNHA**

ORGANIZAÇÃO SOCIALISTA LIBERTÁRIA

Cadernos da OSL



③ COPYLEFT

É livre, e inclusive incentivada, a reprodução deste livro, para fins estritamente não comerciais, desde que a fonte seja citada e esta nota incluída.

Edição, revisão e preparação:
ORGANIZAÇÃO SOCIALISTA LIBERTÁRIA (OSL)

Projeto gráfico, diagramação e capa:
MAYCON MACIEL

Organização Socialista Libertária (OSL)
www.socialismolibertario.net

SUMÁRIO



Cadernos da OSL	5
Estamos contribuindo para construir uma alternativa socialista e libertária para o Brasil	7
A OSL e sua Concepção de Anarquismo	9
Conjuntura, História e Lutas Brasileiras	29
Linhas e Trabalhos da OSL.....	55

Cadernos da OSL

Os *Cadernos da OSL* reúnem textos produzidos pela organização a partir do seu acúmulo coletivo, tanto teórico quanto prático. Eles têm por objetivo socializar para militantes, apoiadores e interessados em geral, as contribuições, perspectivas e elementos teórico-estratégicos da organização, de maneira que possam auxiliar na prática política visando à transformação social.

Boa leitura!

Entrevista feita por Embat, Organização
Libertária da Catalunha, para o
portal Regeneración Libertaria

Organização Socialista Libertária

**ESTAMOS CONTRIBUINDO
PARA CONSTRUIR UMA
ALTERNATIVA
SOCIALISTA E LIBERTÁRIA
PARA O BRASIL**

OSL

A OSL E SUA CONCEPÇÃO DE ANARQUISMO



Qual é a origem da OSL?

Nossa organização, apesar de nova, é herdeira de uma experiência que remete ao início do anarquismo especificista no Brasil (meados dos anos 1990). Inclusive, o nome que escolhemos é uma referência à antiga **OSL**, que, entre 1997 e 2000, constituiu a primeira tentativa de conformar uma organização anarquista especificista de abrangência nacional. A antiga **OSL** teve seus limites e acabou não conseguindo ir adiante. Ao final do processo, sua militância acabou percebendo que, naquele momento, investir em uma organização nacional era “começar a construir a casa pelo telhado”. Ela decidiu dar alguns passos atrás e reorientar o processo.

Por um lado, fortalecer os trabalhos de base, a construção e a participação em movimentos populares e lutas sociais — o que foi feito com a fundação de diferentes Resistência Popular — agrupamentos de tendência (organizações “intermediárias” entre a organização política e os movimentos de massas), que tinham por objetivo reunir setores libertários de trabalhadores e ter uma incidência nesses movimentos e lutas. Por outro lado, retomar a discussão em nível ideológico, anarquista, criando um caldo organizativo que pudesse apontar, no médio prazo, para essa organização anarquista nacional. Para isso, foi criado em 2002 o Fórum do Anarquismo Organizado (FAO), que pretendia unir anarquistas que concordassem com dois eixos prioritários: a necessidade de organização dos anarquistas e a necessidade de trabalho social (de base, de massas).

Esse processo permitiu o desenvolvimento do anarquismo especificista no Brasil. Houve coletivos e organizações que se mantiveram no processo, outros/as que surgiram e/ou que se agregaram a ele; mas houve também aqueles/as que se desarticularam ou romperam. Contudo, de modo geral, em especial a partir de 2008/9, o FAO se estabeleceu e conseguiu se desenvolver significativamente, consolidando uma série de iniciativas organizacionais em diferentes estados do Brasil. Isso permitiu avanços consideráveis, que culminaram na fundação da Coordenação Anarquista Brasileira (CAB), em 2012.

A ideia de articular uma coordenação foi exatamente dar um passo organizativo e transformar o antigo fórum (espaço de trocas de informes, experiências etc.) em algo com um pouco mais de organicidade e alinhamento. A coordenação era exatamente esse meio termo entre o fórum e a organização política. Participamos ativamente

de desse processo nos 10 anos em que estivemos na CAB; com ele, conseguimos avançar em alguns alinhamentos iniciais em termos de teoria e prática.

A OSL nasce em julho de 2023, a partir de uma fusão entre a Federação Anarquista do Rio de Janeiro (FARJ, estado do Rio de Janeiro), o Coletivo Mineiro Popular Anarquista (COMPA, estado de Minas Gerais), a Rusga Libertaria (RL, estado do Mato Grosso), a Organização Anarquista Socialismo Libertário (OASL, estado de São Paulo), além de indivíduos de diferentes regiões do Brasil. A OSL se conformou com um setor com mais ou menos a metade da militância da CAB, que se desvinculou dela por entender que a coordenação havia cumprido seu papel e que era necessário dar mais um passo adiante.

Mas por que se forma esta nova organização comunista libertária especificista?

Em nossa avaliação, o processo de crescimento que acabamos adotando no Brasil (baseado na constituição e na articulação de “grupos orgânicos”, conforme recomendava o processo da Construção Anarquista Brasileira, desde os anos 1990), se teve a virtude de fazer avançar o anarquismo organizado geograficamente para diferentes regiões e agregar muitas pessoas, por outro lado acabou mostrando certos limites.

Esse crescimento, que se deu no contexto do FAO e da CAB, ocorreu de maneira um tanto desordenada, e permitiu que se agregassem coletivos e organizações que, para além da concordância com os princípios anarquistas e especificistas, tinham muitas diferenças. Ele terminou estimulando certa autonomia local/regional dos orga-

nismos estaduais, tornando cada vez mais complicado alinhar e homogeneizar as posições teóricas e estratégicas, e avançar para estruturas e linhas unitárias. É óbvio que a conjuntura teve certa influência nesse processo, assim como o desenvolvimento desigual que ocorreu nas distintas regiões. Mas em nossa avaliação não foi esse o cerne da questão.

No contexto das discussões para a construção de nossa organização nacional (que sempre foi o objetivo do FAO e da CAB) e dos conflitos internos que se produziram em torno delas, foi se tornando claro para nós, especialmente a partir de 2019, que havia um cenário complicado em nossa coordenação. Por um lado, concepções muito distintas de linha política (anarquismo, especifismo, teoria) e de linha estratégica-tática (programa, prática política). Por outro, todo um setor com pouco interesse/intenção em avançar na homogeneização e na unificação, imprescindíveis para a formação de uma organização política. Além disso, mesmo em setores que defendiam esse avanço, havia não raro posições muito heterogêneas.

Ficou claro para nós que os caminhos que tínhamos eram os seguintes.

1. Manter a CAB no estágio em que se encontrava, sem avançar para uma organização nacional; solução que, depois de 10 anos de CAB, não nos parecia acertada.
2. Insistir nesse processo de homogeneização e unificação, fazendo a disputa interna na CAB; o que, em nossa leitura, elevaria muito o nível dos conflitos, que já estava alto, e certamente não atrairia certos setores.
3. Propor o encerramento da CAB e colocar nossa proposta organizativa; assim, a militância e os organismos estaduais que concordassem poderiam se somar

a nós, e os que não concordassem ficariam livres para construir outros projetos.

Optamos por esse último caminho porque não julgamos acertado permanecer naquele estado organizativo e nem investir em uma disputa interna que, conforme avaliamos, levaria alguns anos para se resolver, faria com que tivéssemos que nos voltar para dentro e intensificaria muito o nível interno de conflito (certamente haveria desgastes, cisões, expulsões etc.). Tudo isso, a nosso ver, seria muito ruim para nossa militância e nossos trabalhos sociais (sindical, comunitário, agrário etc.) Também contribuiu para essa opção o fato de nossa regional da CAB (Sudeste — Centro Oeste) estar, desde 2021, funcionando como uma organização. Estávamos unificando processos, instâncias, linhas etc. E víamos, na prática, como isso não só fazia avançar o processo, mas facilitava o cotidiano organizativo. Ou seja, era não só possível como vantajoso e desejável investir nessa passagem de coordenação a organização.

Com a discordância da maior parte dos organismos estaduais da CAB em seguir o caminho proposto por nós, deliberamos romper em 2022. Saímos FARJ, COMPA, RL, OASL e, tentando manter uma relação pública de respeito com a CAB, iniciamos a construção da nova organização, que tem sido articulada em diferentes sessões de nosso primeiro congresso (CONOSL). Em termos muito gerais, além de fundar a **OSL**, temos alinhado nossa organicidade, nossas linhas e proporcionado condições para a nacionalização (presença em todas as regiões do Brasil).

Nossos núcleos e regiões vêm operando numa estrutura nacional única com a mesma organicidade e avançado para uma unidade ideológica, teórica, estra-

técnica e tática. Temos partido de referências clássicas do anarquismo que estão na base do dualismo organizacional (do qual o especificismo e o plataformismo são expressões históricas) e tentado aprofundar e atualizar nossas concepções. Estamos começando a desenvolver mais significativamente as análises estruturais e conjunturais, nosso programa máximo e mínimo, além de outros elementos. Já começamos nossa expansão para a região norte-nordeste e para o sul do país.

Estamos muito animados com esse novo momento organizativo e com os avanços que, apesar de modestos, nos parecem muito consistentes, ainda mais se levarmos em conta que a OSL só existe há um ano. Também estamos bastante motivados com outros aspectos relevantes, como o ótimo clima interno e o crescimento de nossos trabalhos sociais, dos quais falaremos adiante. Sem dúvida, temos a certeza que estamos contribuindo para construir uma alternativa socialista e libertária para o Brasil.

Para as pessoas que não estão inteiradas, o que é o especificismo para vocês?

O especificismo é uma expressão histórica do dualismo organizacional anarquista. Entendemos que, desde seu surgimento no fim dos anos 1860, o anarquismo desenvolveu essa forma organizativa, o dualismo organizacional. Trata-se exatamente daquilo que foi defendido por Mikhail Bakunin e que fundamentou a Aliança, primeira organização anarquista da história. Ao longo dos anos, militantes e organizações anarquistas defenderam essa forma organizativa, baseada na necessidade de orga-

nização concomitante dos anarquistas em dois níveis: um político-ideológico, anarquista, e outro social, popular, de massas.

Em sua versão homogênea e programática de organização específica anarquista, essa tradição foi defendida por alguns clássicos. Ela teve na Aliança (ou no “aliancismo”) a sua origem, e contou com duas expressões históricas mais relevantes. Uma delas, inspirada pela “Plataforma Organizacional da União Geral dos Anarquistas”, escrita pelo grupo Dielo Truda, que se convencionou chamar de “plataformismo”, cujo impacto se fez sentir, entre os anos 1920 e 1950, principalmente na Bulgária, na França e na Itália, e que, entre os anos 1980 e 1990, se difundiu para países como África do Sul e Irlanda. Outra dessas expressões, na qual a Federação Anarquista Uruguaia (FAU) teve protagonismo, que se convencionou chamar de “especifismo”, cujo impacto se fez sentir não apenas do Uruguai dos anos 1960 e 1970, mas em outros países da América do Sul, como Brasil, Chile e Argentina, especialmente dos anos 1990 em diante.

Aqui é importante abrir um parêntese. O termo “especifismo” e suas variações eram utilizados historicamente no Uruguai e em outros países para se referir aos anarquistas que defendiam a necessidade de uma organização específica anarquista. O que a FAU fez foi dar um sentido mais preciso a este termo, a partir de suas concepções práticas e teóricas. Tal linha foi retomada em sua rearticulação, em meados dos anos 1980. A FAU chegou a essa concepção baseada em referências como Bakunin, Errico Malatesta, sindicalistas revolucionários e anarquistas expropriadores, juntamente com uma reflexão sobre o imperialismo na América Latina estimulada, dentre outros, por Abraham Guillén.

A OSL reivindica esse dualismo organizacional homogêneo e programático, de organizações que possuem unidade de posições teóricas, ideológicas, estratégicas e táticas. Nossas principais referências são o especificismo e o plataformismo — os quais entendemos como herdeiros legítimos do aliancismo. Possuímos também uma referência no sindicalismo revolucionário, em termos de estratégia de massas, pois identificamos semelhanças entre ele e nossa proposta para organizar as classes oprimidas e construir um projeto libertário de poder popular. Assim, nos diferenciamos das posições anarquistas antiorganizacionistas, anarcossindicalistas (que em geral fundem organização anarquista e organização de massas) e das formas mais heterogêneas de organização específica anarquista, como o sintetismo (que se caracterizam pela pluralidade de posições políticas e programáticas).

Podemos explicar um pouco melhor essas posições. Defendemos uma concepção de anarquismo de massas, tendo como estratégia o sindicalismo revolucionário, que se baseia na construção e no fortalecimento de movimentos populares a partir de uma linha clara de atuação. Mas defendemos ao mesmo tempo a necessidade de uma organização especificamente anarquista, que se baseia na construção de uma estratégia e de um programa unitário para intervenção na realidade. Para nós, é apenas por meio de uma organização que os anarquistas podem potencializar sua força de intervenção na realidade e se fortalecer nas disputas com outras correntes políticas e ideológicas. Nisso consiste o dualismo organizacional que pauta nossa organização, que está muito distante das concepções libertárias individualistas, primitivistas, insurrecionalistas ou pós-anarquistas.

Concebemos a organização anarquista como um partido fundamentado em alguns princípios organizativos: a autogestão e o federalismo; a unidade teórica e ideológica; a unidade estratégica e tática; a responsabilidade e a disciplina coletiva. Trata-se, obviamente, de um partido que, justamente por ser anarquista, não disputa o poder de Estado e nem possui traços autoritários.

Para nós, o papel da organização específica anarquista é:

1. Articular a militância anarquista, evitando a dispersão de forças, pois sozinhos não somos capazes de disputar contra outras correntes e organizações e nem de influenciar os movimentos populares com os princípios libertários.
2. Promover constantemente a luta de classes e uma perspectiva revolucionária, pois acreditamos que os sindicatos e os movimentos sociais não caminham espontaneamente nessa direção. A organização anarquista é necessária para fortalecer e radicalizar e essas lutas, bem como para defender e propagar nosso programa entre as classes oprimidas.
3. Acumular experiências das classes oprimidas, pois observamos que em várias ocasiões há perdas de acúmulo dos movimentos e lutas, especialmente nos períodos de refluxo; e a organização anarquista pode garantir que esse acúmulo seja preservado e repassado adiante.
4. Construir um projeto autogestionário de poder popular, de baixo para cima e da periferia para o centro, unificando os diferentes setores (movimentos, lutas etc.) das classes oprimidas, a partir de uma estrutura

e de uma relação libertária e complementar com os movimentos e as massas.

5. Produzir teoria, de modo que sejamos capazes de interpretar adequadamente nosso passado e nosso presente e produzir um programa capaz de fazer avançar nosso projeto político. Para isso, temos avançado no desenvolvimento de um método de análise que chamamos de materialismo ou realismo libertário, bem como em uma teoria social libertária própria. Parte dessas noções está em um documento de nossa organização intitulado “Nossos Princípios e Estratégia Geral”.

O que o diferencia esse especificismo/plataformismo de outras correntes do socialismo?

Nosso socialismo é libertário e, por isso, se diferencia das correntes autoritárias, que pretendem conquistar o Estado (via eleições, reformas ou revolução) e que acabam por dar continuidade à dominação das classes oprimidas (seja pela burocracia, pelas “alianças estratégicas” com burguesia etc.). Nosso socialismo é revolucionário e, por isso, se diferencia das correntes reformistas, que consideram as reformas no capitalismo-estatismo como um fim em si ou que acreditam que é possível chegar ao socialismo por um conjunto cumulativo de reformas restritas.

Nosso socialismo também é profundamente classista e internacionalista. De modo que ele se diferencia das concepções que afirmam não ser mais possível falar em classes sociais ou sustentar uma perspectiva baseada na luta de classes; também se diferencia daquelas posições

que afirmam a classe como “apenas mais uma opressão” ou que a tratam apenas em termos de identidade de classe. Para nós, a relação entre as classes é estrutural e, ao abordar nacionalidade, gênero, sexualidade, raça, etnia etc., o fazemos sempre nessa perspectiva classista. Nosso socialismo também se diferencia das diversas formas de nacionalismo: étnico-raciais, religiosas, territoriais, anticoloniais/imperialistas etc.

Como colocado, defendemos o anarquismo de massas e, portanto, sustentamos a necessidade da organização (em oposição aos antiorganizacionistas), a necessidade de lutar por reformas que apontem para um projeto revolucionário (em oposição àqueles que são contrários às lutas por reformas), e a necessidade de formas avançadas de luta que estejam vinculadas às lutas de massas (em oposição àqueles que consideram que atos de violência são gatilhos para mobilizar as massas).

No debate organizativo anarquista, somos dualistas organizacionais e, por isso, nos diferenciamos daqueles que se organizam apenas no nível de massas, daqueles que pretendem circunscrever os movimentos populares ao anarquismo ou daqueles que acreditam que um coletivo ou organização anarquista é suficiente. Sustentamos o modelo homogêneo e programático de organização específica anarquista, baseado na unidade, que se expressou historicamente no especificismo e no platformismo, nos diferenciando do modelo heterogêneo da síntese. Como defendemos que a organização anarquista é autogestivária/federalista e que ela deve ter uma relação complementar e não hierárquica com os movimentos populares, nos diferenciamos dos partidos leninistas.

Em termos teóricos, nosso materialismo/realismo libertário se diferencia das abordagens marxista, neopo-

sitivista ou e pós-moderna / pós-estruturalista. Fazemos alguns contrapontos breve a seguir, mas recomendamos novamente aos interessados a leitura do documento “Nossos Princípios e Estratégia Geral”. Podemos dizer que temos tentado evitar a tentação contemporânea de combater o marxismo com pós-modernismo e vice-versa, traço que, infelizmente, identificamos em quase toda a esquerda. Estamos construindo uma teoria social libertária a partir de autores clássicos e contemporâneos do anarquismo, evitando cair nessa cilada.

Por um lado, pensamos ser fundamental superar os limites e solucionar as contradições do marxismo. Por outro, também achamos importante evitar os enormes problemas e equívocos do pós-modernismo, o qual tem avançado globalmente com a adoção do liberalismo progressista por parte considerável da esquerda. Queremos afirmar a importância de uma ciência e de uma razão críticas, e também de uma conciliação, em bases classistas, da discussão sobre nacionalidade, gênero/sexualidade e raça/etnia. Em breve, pretendemos publicar um material que, além de explicitar de modo mais profundo nossas posições teóricas, também explica suas diferenças com o marxismo e o pós-modernismo.

Além do anarquismo, que outras experiências históricas de lutas populares do Brasil e da América Latina inspiram a OSL?

Antes de tudo, não podemos esquecer que somos uma organização internacionalista. Na medida em que o capitalismo-estatismo é um sistema internacional e global, nossa proposta também deve acompanhar essa

perspectiva. É por isso que o anarquismo organizado, especifista e plataformista, possui um projeto internacional e global, e possui referências teóricas e práticas que também são internacionais e globais.

Mas, dito isso, queremos dizer que o fato de nossa organização estar situada na América Latina em geral, e no Brasil em particular, faz com que, sem dúvida, sejamos permanentemente inspirados por mobilizações e resistências de nossa região. Contamos com uma tradição enorme de movimentos e lutas que envolveram operários, escravizados, camponeses, indígenas, quilombolas, mulheres e outros sujeitos. Trata-se de uma ampla experiência das classes oprimidas, que se iniciou desde a colonização e que se estende até o presente. A seguir, mencionaremos alguns desses movimentos e lutas que vêm nos inspirando cotidianamente.

No Brasil, houve diversas organizações e confederações indígenas, que combateram o Império português, como a Confederação dos Tamoios (1557-1567), quando os tupinambás organizaram um processo insurrecional contra a ocupação portuguesa na região litorânea entre Bertioga e Cabo Frio. Podemos citar também o Quilombo dos Palmares (1597-1695), um território autogestionário que continha mais de 20 mil habitantes entre libertos africanos, indígenas e brancos aliados, no território que hoje é o estado de Alagoas. Durou quase cem anos e libertou outros povos escravizados e dominados; lutou contra os maiores Impérios da época (Portugal e Espanha) e inspirou outros processos de resistências à escravidão e à colonização.

De maneira geral, os levantes indígenas em toda a América Latina também precisam ser lembrados. Eles não se resumiram a um desejo de independência nacional e

estatista, mas almejaram a auto-organização de variados povos. Foram exemplos a resistência de Túpac Amaru no século XVI, e de seu descendente, Túpac Amaru II, no século XVII. Somadas à tradição da Revolução Haitiana (1791), ainda agitaram o Brasil diversas lutas indígenas, camponesas e abolicionistas contra a escravidão. Uma destas foi Canudos (1896-1897), outro território auto-organizado no Brasil, que lutou contra a fome e as péssimas condições de vida, no sertão do estado da Bahia. Foi liderada por Antônio Conselheiro e, apesar das contradições, em especial o caráter messiânico de seu líder e o discurso religioso, organizou um território comunal com mais de 25 mil pessoas, representando uma ameaça à ordem do Império e da futura república.

Foram e continuam sendo importantes para anarquistas brasileiros as lutas abolicionistas contra a escravidão negra, que culminaram na abolição em 1889, e certos episódios de enfrentamento mais radicalizado, como a Revolução Mexicana (1910-1913), que teve papel destacado dos anarquistas, a luta pela independência de Cuba e a luta contra a ocupação da Espanha no Marrocos.

Outra fonte fundamental de inspiração foi a experiência do sindicalismo revolucionário e do anarcossindicalismo na América Latina, levados a cabo no início do século XX. Os anarquistas foram fundamentais na construção dessas formas de sindicalismo em países como Brasil, Argentina, Uruguai, propondo organizar trabalhadores pela base e incentivar sua ação direta para conquistas imediatas frente ao capital e ao Estado e, ao mesmo tempo, construir uma via para a transformação revolucionária dessas sociedades. Dentro desse movimento, as mulheres tiveram um papel destacado em distintas localidades. Tanto nas articulações e nos

enfrentamentos de classe, quanto nas lutas que envolveram a questão feminina, e que foram responsáveis por promover, na sociedade e no próprio movimento, a necessidade da emancipação da mulher.

No Brasil, esse sindicalismo revolucionário impulsionou três importantes ciclos de greve: 1906-1907, 1913-1914, 1917-1920. Este último ciclo contou com mobilizações centrais, como: a Greve Geral de São Paulo (1917), a greve geral de Curitiba (1917), a greve dos trabalhadores da Companhia Cantareira e Viação Fluminense (1918), a Insurreição Anarquista do Rio de Janeiro (1918), a mobilização da União dos Operários em Construção Civil (UOCC) e a conquista das oito horas para toda a categoria (1919), o nascimento da Federação Operária Mineira (1920) e a realização do Terceiro Congresso Operário (1920); contou também com protestos e movimentações massivas em Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul e outras localidades do país.

Essas mobilizações reuniram milhares de trabalhadores e conquistaram os primeiros direitos trabalhistas no Brasil. Nesse período, houve diversas tomadas de portos e fábricas, por meio de processos insurrecionais. A primeira organização sindicalista de caráter nacional foi a Confederação Operária Brasileira (1906), influenciada por organizações anarquistas e feministas, tais como a Aliança Anarquista (1916), o Partido Anarquista Comunista do Brasil (1919) e a Liga Comunista Feminista (1920).

Mais recentemente, outras experiências latino-americanas podem ser mencionadas. Desde a luta contra a ditadura militar em diferentes países latino-americanos, especialmente no Uruguai com a FAU — que encam-pou um radicalizado processo de luta, por meio de um braço armado (Organización Popular Revolucionaria 33

Orientales, OPR-33) e um braço de massas (Tendencia Combativa / Convención Nacional de Trabajadores, CNT), profundamente influentes —, até inúmeras mobilizações de camponeses, trabalhadores rurais e urbanos, que aconteceram em nossa região. Desde as revoltas do povo Mapuche até os Zapatistas de Chiapas, no México.

Nos anos 1990-2000 os/as anarquistas no Brasil falavam de um processo de “radicalização democrática” e de uma “luta popular prolongada”. Como avaliam esses conceitos hoje em dia?

São conceitos que tiveram bastante relevância nesse período que vocês citam e que foram incorporados em nossa proposta teórica.

Quando se fala em “radicalização democrática”, isso resume, em outras palavras, nossa concepção de socialização generalizada, nossa própria concepção de socialismo. Tal concepção se diferencia daquela noção de que socialismo significa apenas a socialização da propriedade privada dos meios de produção. Sem mencionar que, ao longo do século XX, um setor enorme dos socialistas “transformou” acriticamente socialização em nacionalização (que são noções completamente diferentes), o fato é que essa radicalização democrática significa, em nossa corrente, uma socialização que envolve os campos econômico, político e moral-intelectual (cultural). Radicalizar a democracia significa implantar a autogestão em termos econômicos (fim da propriedade privada e estabelecimento da propriedade coletiva), políticos (fim do Estado e tomadas de decisão políticas estabelecidas por organismos populares e de base) e culturais (fim do

monopólio da produção e da difusão de conhecimento e informações e sua consequente socialização).

Quando se fala em “luta popular prolongada” isso remete a algo relevante para nós: o fato de que uma transformação social revolucionária como esta que nos dispomos a impulsionar não é um projeto de curto ou médio prazo. Acreditamos que não há atalhos para ele. Vimos bem como as revoluções do século XX tentaram abreviar esse processo e não fizeram muito mais que substituir a dominação burguesa pela dominação burocrática, dando continuidade à sociedade de classes, à dominação, à exploração etc. Esse processo de transformação socialista e libertária que queremos promover é uma algo que deve ser construído cotidianamente, passo a passo, e é fundamental ter paciência revolucionária para isso. Em geral, usamos uma metáfora quando falamos desse tema: estamos correndo uma maratona e não adianta querer sair correndo na frente para desistir depois de pouco tempo; temos que ser capazes de perdurar no tempo e garantir a vitória das classes oprimidas ao final.

Hoje em dia, ainda que se fale muito de colonialismo e imperialismo, não se fala tanto de libertação nacional. Considerando que o anarquismo especificista dos anos 60-70 falava de revolução social e nacional ao mesmo tempo, como vocês avaliam hoje esse tema?

Esse é um tema interessante. Quando estudamos o anarquismo e saímos do eixo Atlântico Norte (Europa Ocidental e EUA), no qual os historiadores do anarquismo se concentraram quase que exclusivamente, encontramos uma longa tradição de lutas anticolo-

niais, anti-imperialistas e de libertação nacional. A questão nacional sempre foi cara aos anarquistas dos países periféricos, que lidaram com ela, na maioria dos casos, de modo coerente. Defenderam linhas teóricas e práticas libertárias, revolucionárias, classistas e internacionalistas.

Esse foi o caso em diversos contextos. Por exemplo, na Ucrânia revolucionária (1918-1921), quando os makhnovistas tiveram de enfrentar o imperialismo austro-alemão; na Manchúria/Coreia revolucionária (1929-1932), quando os anarquistas foram obrigados a combater o imperialismo japonês; no Uruguai pré-ditadura militar de 1973, quando a FAU teve que enfrentar o imperialismo estadunidense.

Hoje em dia, temos um quadro interessante. Parte do anarquismo (e da própria esquerda) do eixo Atlântico Norte continua a minimizar a questão nacional e, principalmente no caso dos anarquistas, a confundir as lutas de libertação nacional com o nacionalismo. Por outro lado, uma crescente influência (curiosamente, muitas vezes por influência dos EUA e da Europa ocidental) de perspectivas teóricas decoloniais, pós-coloniais e outras que, se por um lado fazem críticas acertadas do eurocentrismo, por outro frequentemente caem no pós-modernismo, nos nacionalismos e acabam tendo uma influência restrita em termos práticos.

Para nós, tudo isso fica evidente quando analisamos o genocídio que o estado de Israel está promovendo neste momento contra a população palestina. O sionismo que subsidia o governo israelense é uma doutrina colonialista e racista, e estamos presenciando em tempo real um massacre sem precedentes, que tem que ser denunciado e combatido com toda a força necessária. É óbvio isso não é uma crítica ao povo judeu, e nem uma forma de antisemitismo, visto que, dentre os judeus, houve e há

outras doutrinas contrárias ao sionismo, e que muitos deles estão se posicionando contra o atual genocídio. O curioso é que muitos desses que adotam posições decoloniais, pós-coloniais etc. permanecem quietos em relação ao que está acontecendo na Faixa de Gaza e na Cisjordânia.

Temos que retomar no mundo todo essa tradição anticolonial e anti-imperialista anarquista. Isso será importante para combater não apenas o sionismo israelense, mas também o imperialismo estadunidense. Entre outras coisas, isso também fará com que os anarquistas melhorem suas análises e posições frente à guerra entre Rússia e Ucrânia. Por exemplo, tem sido comum na esquerda mundial (e mesmo em setores do anarquismo) assumir as posições do imperialismo dos EUA na região e defender a Ucrânia acriticamente; e também apoiar sem crítica os interesses imperialistas da Rússia na região, pois isso seria uma forma de minar o imperialismo norte-americano...

Em suma, é necessário retomar a tradição anarquista anticolonial, anti-imperialista e de libertação nacional, fazendo com que seja possível compreender a realidade e adotar formas de intervenção política baseadas em pressupostos libertários, revolucionários, classistas e internacionalistas.

OSL

CONJUNTURA, HISTÓRIA E LUTAS BRASILEIRAS



Entre os protestos de 2013 e o primeiro ano de retorno do PT ao governo, depois do golpe e de Bolsonaro, ao mesmo tempo em que a CAB cresceu até a cisão, como vocês avaliam esses últimos 10 anos? O que mudou na política e na sociedade brasileira?

Os últimos 10 anos tiveram como resultado uma mudança grande em termos de conjuntura política e social no Brasil. Em termos gerais, houve, de um lado, algumas tentativas para avançar a uma esquerda mais radicalizada, à esquerda do Partido dos Trabalhadores (PT), e também a perda de apoio e a moderação crescente do PT e do petismo (força política e social vinculada ao PT). De outro lado, houve uma radicalização considerável da direita,

conformando uma nova extrema direita — o bolsonarismo (força política e social vinculada a Jair Bolsonaro).

Esse processo se iniciou com o desgaste dos anos de governo petista (2003-2013), caracterizado pela conciliação de classes, quando se tornou econômica e socialmente impossível continuar o que se chamou de “jogo de ganha-ganha” (manter os lucros dos de cima e proporcionar algumas melhorias para os de baixo). Esse esgotamento tem raízes na economia internacional, quando os efeitos da crise de 2008 se difundiram globalmente e o boom das commodities no Brasil começou a se enfraquecer. E também na maneira que o governo do PT lidou com esses efeitos: políticas econômicas, articulações políticas, imprensa etc.

Fato é que o período entre 2013 e 2016 foi marcado por uma grande insatisfação popular e, ao mesmo tempo, por mobilizações populares importantes. Houve um número recorde de greves, uma organização maior da juventude, assim como protestos de rua, ocupações etc. Em muitos casos, isso significou um ascenso mais radicalizado de lutas, que esteve à esquerda do PT e do petismo, e conseguiu manter certa independência em relação a eles.

A mais importante dessas mobilizações foi o Junho de 2013, quando o Movimento Passe Livre (MPL) de São Paulo, de orientação ideológica autonomista/libertária, promoveu em atos contra o aumento do preço das tarifas de ônibus, metrô e trens. O movimento se alimentou de um contexto ascendente de lutas em torno do transporte, que vinham sendo promovidas em outras localidades (com destaque para as cidades de Porto Alegre, Goiânia, Natal e Rio de Janeiro). Ele se massificou e se nacionalizou; conquistou grande apelo popular e, em diferentes circunstâncias, assumiu certa radicalidade.

Em diferentes regiões, essas manifestações começaram a ser fortemente disputadas por forças políticas muitas vezes opostas. É certo que havia presença das várias forças de esquerda, tanto as mais moderadas quanto as mais radicalizadas. Mas também havia presença de uma direita, que passava naquela ocasião a frequentar as ruas (algo que era raro até então) e que se radicalizava progressivamente. Um certo espírito de antipolítica era crescente, e também disputado pelas forças em jogo à esquerda e à direita.

Essa luta terminou vitoriosa, e abriu as portas para uma nova conjuntura no país. Por um lado, os anos de 2014 e 2016, como falamos, contaram com processos expressivos de luta, como as manifestações contra a Copa do Mundo (2014), as ocupações de escolas secundaristas e universidades (2015-2016), além de inúmeras greves e mobilizações. Mas, por outro lado, esse foi um período fundamental de estímulos à direita: o processo de golpe contra a presidenta Dilma Rousseff avançou e se concretizou; a Operação Lava Jato, por meio de um processo de *lawfare*, estimulou esse sentimento antipolítica num sentido anti-PT e antiesquerda; uma política nacional mais aberta e agressivamente neoliberal foi impulsionada pelo governo Michel Temer.

No contexto desse enfrentamento, a direita caminhou majoritariamente à extrema direita, num processo de radicalização fascistizante que culminou na eleição de Bolsonaro em 2018; a esquerda viu enfraquecidos seus projetos mais radicalizados e, hegemonicamente, respondeu caminhando ao centro, (re)agrupando-se em torno do petismo e propondo formas de dialogar com o centro e a centro-direita.

Durante os anos de governo Bolsonaro (2019-2022), passamos pela pandemia de COVID-19 com um governo negacionista, que se negou a comprar vacinas e que terminou sendo responsável por parte considerável das 700 mil mortes que tivemos no Brasil. Além disso, em termos econômicos esse governo avançou bastante em projetos liberalizantes, que implicaram o crescimento da pobreza e a piora da condição de vida dos trabalhadores; em termos políticos, ele estimulou o fortalecimento da presença dos militares na política e avançou em projetos autoritários, flertando com golpes e medidas de exceção; em termos ideológicos e morais, com ampla ajuda das igrejas evangélicas (principalmente neopentecostais), contribuiu para normalizar os absurdos neofascistas na sociedade brasileira.

A vitória apertadíssima de Lula em 2022, fruto de uma frente ampla que uniu desde a esquerda até a direita moderada, não modificou muito esse quadro. Neste momento, o governo Lula tenta retornar sem sucesso às fórmulas conciliadoras do início dos anos 2000; está constantemente encurralado pela extrema direita e pela direita tradicional (“centrão”), que é fortíssima no legislativo nacional. Em termos sociais, a grande disputa colocada atualmente é entre bolsonarismo (extrema direita) e petismo (centro-esquerda, cada vez mais ao centro). Não há perspectivas de mudanças significativas em termos econômicos, políticos e culturais.

O que vocês aprenderam com tudo isso?

Nesses últimos 10 anos, falando mais especificamente do anarquismo brasileiro, houve momentos de fluxo e

refluxo. Tivemos alguma influência nesses processos de luta (a depender da região, maior ou menor), mas nem de longe conseguimos ser nacionalmente determinantes. E muito menos ter um impacto mais significativo nessa conjuntura brasileira. Podemos apontar alguns aprendizados que tivemos nesse período.

Primeiro, ficou evidente que o descontentamento e a mobilização popular não necessariamente caminham à esquerda, e muito menos num sentido revolucionário e libertário. Ou seja, como a história também nos ensina, em processos de radicalização de luta, todas as forças se colocam em disputa, inclusive a extrema-direita. Mais uma vez, fica evidente que não há qualquer possibilidade de apostar no espontaneísmo. As massas não sairão às ruas e automaticamente construirão projetos de esquerda, revolucionários, libertários, mesmo que sejam estimuladas a isso por coletivos com essas posições.

Segundo, a esquerda radical, revolucionária (entendendo aqui o anarquismo como parte dela), precisa ter condições reais não apenas de estimular mobilizações e revoltas populares, mas de dar a elas um direcionamento preciso. Essas lutas precisam ser construídas cotidianamente, e a produção de uma cultura política libertária parece ser fundamental para isso. Quando tratamos do anarquismo, o que aconteceu no Brasil também reforça nossa leitura de que, para essa construção e esse direcionamento num sentido libertário, e para que os movimentos e as mobilizações que surgem constantemente possam apontar para um projeto socialista e libertário de transformação, não há como abrir mão de uma organização política.

Para nós, isso significa um partido/organização anarquista unitário e coerente, com capacidade de incidir na

realidade de maneira eficaz, e de disputar concretamente os rumos de lutas, mobilizações e conjunturas desse tipo. Uma organização política anarquista que seja capaz de perdurar no tempo, registrar e discutir os acúmulos, e incorporá-los em uma prática política coerente e influente. Sustentamos que é essa organização que pode dar as respostas necessárias, não apenas às conjunturas desse tipo, mas avançar para transformações estruturais da sociedade. É o partido/organização anarquista — na medida em que tem uma presença influente nos setores mais dinâmicos das classes oprimidas, assim como um programa e uma linha estratégica-tática adequados — que tem as condições de estimular e contribuir com a construção de um projeto de poder popular autogestionário.

Terceiro, ficaram claros os riscos de que a esquerda brasileira permaneça restrita aos limites do petismo. Há décadas que o PT tem ampla hegemonia na esquerda de nosso país, tanto em termos políticos quanto sociais. Quando olhamos para a trajetória histórica desse partido, percebemos um movimento progressivo de burocratização, afastamento das bases e deslocamento rumo ao centro. O PT surgiu em 1980, com uma posição de esquerda, majoritariamente vinculada à socialdemocracia clássica, ainda que contasse com a presença de setores mais radicalizados e com uma base popular de massas considerável (sindicatos, movimentos sociais etc.). O que ocorreu ao longo dos anos 1980 e 1990, e que se acentuou bastante nos anos 2000, foi a cisão dos setores mais à esquerda e um movimento crescente de caminhada em direção ao centro. Esse processo envolveu não apenas o afastamento das bases, mas um esforço ativo para minar antigas e novas iniciativas de articular e mobilizar essas

bases, em favor de um projeto burocrático e centralizado de poder.

Quarto, a necessidade de trabalhar na construção de uma nova esquerda radical, à esquerda do petismo, e, como parte dela, disputar seus rumos num sentido libertário. 2013 evidenciou uma insatisfação generalizada da população com a situação do Brasil. Notem que quem deu uma resposta “antissistema”, “contra tudo isso que está aí” (frase muito dita por Bolsonaro), foi a extrema direita, mobilizando a noção fascista de “revolução na ordem”. Em nossa avaliação, havia (e ainda há) espaço para uma esquerda radical fazer a disputa dessa insatisfação generalizada. E não nos parece razoável combater a extrema direita neofascista com moderação e conciliação de classes.

Quinto, percebemos nesse processo um avanço no debate das pautas de raça, etnia, gênero e sexualidade, e consideramos isso muito positivo. Entretanto, também notamos que, junto desse processo, houve um enorme crescimento da influência pós-moderna e identitária no Brasil, tanto à direita quanto à esquerda, algo que para nós é profundamente problemático.

Na esquerda (e mesmo no anarquismo), esse identitarismo pós-moderno — que tem grande influência do liberalismo dos EUA e da Europa — tem promovido o individualismo, a fragmentação e a dispersão das lutas (cada um/setor luta apenas pela “sua” causa); tem prejudicado os debates coletivos e desvinculado as importantes pautas mencionadas (gênero, sexualidade, raça, etnia etc.) de uma base de classe e de uma perspectiva classista e revolucionária de luta. Isso vem fazendo com que se confunda quem são aliados, aliados em potencial, adversários e inimigos; com que se trate os diferentes

como inimigos; e com que se lide com a diferença de maneira autoritária.

Que fique clara nossa posição sobre este quinto ponto. Nacionalidade, gênero-sexualidade, raça-etnia são questões importantíssimas. O que estamos criticando é a influência pós-moderna e liberal em seu tratamento, a qual acreditamos ser necessário combater por meio do fortalecimento de uma perspectiva socialista, libertária, classista, internacionalista e revolucionária. E mais. A realidade não pode ser entendida de maneira completamente subjetiva (como a noção de que não há uma realidade material, objetiva, mas apenas diferentes olhares, vivências e narrativas). E as identidades não podem ser desvinculadas da realidade material (estrutural, conjuntural etc.) em que são produzidas.

Na Europa, chama atenção o crescimento das igrejas evangélicas no Brasil e sua penetração nas classes populares, arrastando-as para posições profundamente reacionárias. Como uma organização revolucionária pode enfrentar esta situação?

Recentemente, saíram pesquisas mostrando que estão sendo abertas 17 igrejas evangélicas por dia no Brasil; já há mais igrejas no país do que hospitais e escolas somados. Essas igrejas vêm ocupando espaço nas áreas em que o Estado só chega com repressão, e também espaços que, décadas atrás, tinham presença da esquerda e dos movimentos populares. Hoje, qualquer força política que atue nas periferias das grandes cidades tem que lidar com as igrejas evangélicas, como no caso de nossa militância comunitária.

As expressões de esquerda dos evangélicos — como, por exemplo, a teologia da missão integral (que cumpre um papel análogo àquele que a teologia da libertação cumpria/cumpru entre os católicos) — estão muito enfraquecidas. Vêm preponderando cada vez mais entre esse público as posições moralmente conservadoras e economicamente liberais.

Nas pautas de costumes e morais, os evangélicos tendem a ser conservadores ou mesmo reacionários, por exemplo, se opondo frontalmente ao direito ao aborto. Nas pautas econômicas, tendo em vista o chamado neopentecostalismo evangélico, vinculado à chamada “teologia da prosperidade” (setor que mais cresce entre os evangélicos), há uma forte doutrinação neoliberal. Isso porque há valores que têm sido propagados por essas igrejas que fortalecem essa visão de mundo, como, por exemplo, o estímulo ao enriquecimento em vida e a defesa do empreendedorismo individual como caminho de salvação.

Contudo, essas posições não são completamente hegemônicas. Há, ainda, setores que apoiam políticas de auxílio social e pautas econômicas mais vinculadas à socialdemocracia; que, por exemplo, votaram em Lula nas últimas eleições. Mas, com o fortalecimento da extrema direita no Brasil, as igrejas evangélicas têm caminhado progressivamente à direita e constituído, mesmo que sem grande homogeneidade, um pilar destacado de apoio do bolsonarismo. O governo do PT acreditou que seria possível atrair esse setor oferecendo benefícios e apoio político, mas tem se tornado cada vez mais claro que essa não é uma saída possível. Mais cedo ou mais tarde, a maior parte desse setor terá que ser duramente enfrentada.

Obviamente, dentre os bispos e pastores das grandes igrejas evangélicas, há inúmeros “mercadores da fé”, que usufruem desse crescimento para explorar os fiéis, enriquecer pessoalmente e expandir seu poder econômico e político. Agora, também chama atenção nesse crescimento dos evangélicos, um papel que as igrejas vêm cumprindo, em especial nas áreas urbanas periféricas: dar respostas a certas necessidades que o capitalismo contemporâneo vem produzindo, e que giram em torno de trabalho, acolhimento, sociabilidade, superação das dificuldades cotidianas etc. Por exemplo, quando esses evangélicos explicam porque vão à igreja, falam em questões como: conseguir emprego, acessar pessoas que os escutem, fazer amizades, ter espaços de lazer (educação, esportes etc.) para a família, construir a esperança de um amanhã melhor, fortalecer redes de apoio mútuo (escuta, empréstimo de dinheiro, abuso de drogas etc.), colocar regras na vida (bebidas, trabalho, crime etc.).

Um socialdemocrata poderia dizer que essas são funções que deveriam estar sendo realizadas pelo Estado, e na medida em que o Estado só acessa essas regiões para a repressão, as igrejas evangélicas têm ocupado esse espaço. Mas ao observar a história e a sociedade brasileira, há outra possibilidade resposta. Houve diferentes momentos em nossa história que os movimentos populares deram respostas a essas necessidades, como no caso do sindicalismo revolucionário do início do século XX ou das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), vinculadas à teologia da libertação, nos anos 1970 e 1980. Sobre este último caso, é interessante notar que a mencionada burocratização do PT fez com que os espaços abandonados nas periferias fossem ocupados pelas igrejas evangélicas e por outras instituições.

Vejam como essas mesmas necessidades podem ter respostas contraditórias. Hoje, um trabalhador que frequenta uma igreja evangélica para atenuar seu sofrimento cotidiano e nutrir uma esperança de melhoria será estimulado a pensar que, dentro em breve, pode ficar rico como o fiel ao lado dele. No início do século, um trabalhador que buscasse as iniciativas sindicalistas revolucionárias para isso, seria estimulado a construir essa subjetividade em torno da possibilidade de uma revolução social e do socialismo. Isso vale para todas as questões.

Estamos falando isso porque nos parece fundamental entender por que essas igrejas estão crescendo e encontrar alternativas capazes de dar respostas a essas necessidades, mas com um conteúdo profundamente distinto. Ou seja, precisamos ter a capacidade de construir uma cultura política de classe, por meio dos movimentos populares, que reconstrua o tecido social nessas periferias por meio da solidariedade, e que dê a esse processo um conteúdo classista e transformador — isso deve ser um aspecto central de um projeto de poder popular. Essa questão não será resolvida apenas criticando as igrejas evangélicas, pois é fundamental dar respostas a essas necessidades do capitalismo contemporâneo. Esse é um dos grandes desafios de nosso projeto comunitário para as periferias urbanas.

Vocês poderiam nos dar um panorama histórico e contemporâneo do sindicalismo no Brasil? O movimento é controlado pelas correntes pós-stalinistas e trotskistas?

Para entender o movimento sindical brasileiro, é importante retomar as origens do sindicalismo no Brasil, que se deu no início do século XX. Naquele momento, houve protagonismo dos anarquistas por meio do sindicalismo revolucionário, que garantiu independência de classe e autonomia de organização aos trabalhadores.

Ao longo dos anos 1930, no governo de Getúlio Vargas, houve um processo de atrelamento dos sindicatos ao Estado. Em resumo, o que aconteceu foi o seguinte. Por um lado, após forte pressão, o governo cedeu a certas demandas históricas da classe trabalhadora brasileira relativas a direitos trabalhistas (entre outros: salário mínimo, jornada de oito horas, férias remuneradas, descanso semanal). Mas afirmou publicamente que aquilo era uma iniciativa do próprio governo. Por outro lado, implementou uma estrutura sindical (unicidade sindical, imposto sindical compulsório e investidura), que tornou os sindicatos organismos de Estado e que podiam ser controlados pelo Estado. Ou seja, o governo Vargas limitou muito as possibilidades sindicais.

Outros fatores — tais como a linha internacional stalinista do Partido Comunista, que promovia um sindicalismo reformista baseado na conciliação de classes — contribuíram para que estabelecesse no país um consenso de que o sindicato, em termos organizativos, era uma estrutura atrelada ao Estado e que servia apenas para tratar de pautas econômicas, por meio da negociação visando a conciliação entre o capital e o trabalho. Essa estrutura sindical, herdada dos anos 1930, continua em

grande medida a pautar a maneira como os sindicatos, ainda hoje, estão organizados no Brasil.

Atualmente, em grandes linhas, é possível dizer que há no país dois grandes setores no movimento sindical. Um, que defende o sindicato atrelado ao Estado e que sua função é conciliar (muitas vezes até defender) as demandas dos patrões e dos trabalhadores. E outro, que defende a independência de classe e que o sindicato é um instrumento dos trabalhadores para expor e fomentar o conflito de classes. Obviamente, dentro desses dois amplos setores, há diferentes posições, que vão desde as centrais sindicais que defendem as políticas neoliberais até aquelas que defendem a revolução socialista.

Para entender as principais correntes que atuam hoje no movimento sindical, é fundamental entender a questão da unicidade sindical, estabelecida lá nos anos 1930. A unicidade sindical estabelece que cada categoria possui (e pode possuir) apenas um sindicato, que é autorizado pelo Estado para representar os trabalhadores daquela categoria. Não é como na Espanha, onde qualquer trabalhador pode escolher o sindicato ou central sindical que irá lhe representar. No Brasil, o trabalhador precisa obrigatoriamente se filiar ao único sindicato que está autorizado a representar sua categoria. Isso faz com que haja uma disputa, sindicato por sindicato e em cada categoria, para apenas posteriormente as direções eleitas aprovarem a qual central sindical o sindicato irá se filiar.

Para dar um exemplo prático, um professor das escolas estaduais não pode escolher se filiar à central CSP-Conlutas (que defende a independência de classe), como um professor espanhol pode escolher se filiar à CGT ou ao Solidaridad Obrera. No Brasil — se for de São Paulo, por exemplo —, esse professor só pode se filiar à

APEOESP, que é o sindicato de professores do estado de São Paulo. A partir disso, esse professor pode disputar o dia a dia do sindicato para que ele assuma certas posições e se filie a alguma central sindical. No caso da APEOESP, o maior sindicato da América Latina, ele filiado à Central Única dos Trabalhadores (CUT), que é majoritariamente dirigida por uma corrente interna do PT.

Isso coloca aos sindicalistas brasileiros apenas duas opções. Uma delas, participar dos sindicatos únicos e investir na disputa interna. Ou então investir na criação de uma estrutura sindical paralela. Houve e há algumas iniciativas nesse segundo sentido, mas que vêm se mostrando profundamente limitadas, em termos da quantidade de trabalhadores vinculados e, especialmente, das capacidades reivindicativas nos locais de trabalho. Em nossa análise, a opção de criar um sindicalismo paralelo, ao menos neste momento histórico, nos distanciaria da base real dos trabalhadores e reuniria apenas algumas dezenas de trabalhadores por meio de critérios demasiadamente ideológicos, na medida que não os sindicatos não teriam a capacidade de lidar com a realidade concreta dos trabalhadores comuns.

Por exemplo, nessa conjuntura de refluxo do movimento sindical, dificilmente um metroviário irá se filiar a um sindicato paralelo, incapaz de negociar salários, condições de trabalho etc., e que não lhe dê respaldo político e jurídico contra a demissão. Isso é ainda pior quando falamos de trabalhadores precários, cuja estabilidade mais frágil faz com que, ainda que tenham vontade, enfrentem dificuldades enormes para se filiar a um sindicato paralelo. Por exemplo, um trabalhador terceirizado da limpeza, depois de uma longa jornada de trabalho, muitas vezes marcada por repressão patronal,

se se ausentar do trabalho para uma atividade desse sindicato paralelo, pode perder a cesta básica ou um dia de trabalho, pode ser transferido para locais mais insalubres ou mesmo ser demitido.

Hoje, o campo que defende a independência de classe (trotskistas, alguns setores anarquistas, marxistas autonomistas etc.) é bastante minoritário. As maiores centrais sindicais brasileiras são a CUT — que tem uma linha socialdemocrata/social-liberal, dirigida majoritariamente pelo PT — e a Força Sindical — que é controlada por setores da direita e da burocracia sindical patronal. Centrais intermediárias são a União Geral dos Trabalhadores (UGT) — que tem uma linha de defesa das políticas neoliberais —, a Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) — que é controlada majoritariamente pelo Partido Comunista do Brasil (PcdoB), um racha do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e que segue a linha do PC Albanês. Há também outras organizações menores. Dentre elas, a única central sindical que defende a independência de classe, e que é dirigida majoritariamente pelos trotskistas, é a Central Sindical e Popular Conlutas (CSP-Conlutas). Outra organização dessa linha, que não é uma central e tem bem menos sindicatos/membros, é a Intersindical “Vermelha” (Instrumento de Luta...).

Os pós-stalinistas, em geral, possuem pouca inserção no movimento sindical brasileiro. Devido à sua flexibilidade ética e estratégica, costumam estar próximos das categorias de maneira mais pragmática, vinculando-se muitas vezes à CUT, mas sem quase nenhuma força social capaz de influenciar as políticas da central, e muito menos o conjunto do movimento sindical brasileiro.

O que vocês acham do anarcossindicalismo e do sindicalismo revolucionário? Seria possível caminhar para uma tendência autônoma no sindicalismo?

Dentro desse complexo quadro sindical, nossa aposta, tentando adaptar elementos do sindicalismo revolucionário, tem sido construir as lutas nesses sindicatos existentes e fazer a disputa dentro deles. Em todos os sindicatos que estamos, temos tentado convencer os trabalhadores que o modelo de sindicalismo baseado na independência e no conflito de classes é aquele que conduz às vitórias concretas, e que permite acumular força social para, mais adiante, romper com o sindicalismo de Estado e impulsionar transformações de maior envergadura.

Entendemos que é necessário criar uma estrutura real, com uma base forte e que consiga responder à conjuntura, respaldar os trabalhadores filiados contra os patrões e disputar a hegemonia com as centrais e tendências que defendem a burocracia sindical. É claro que isso não depende apenas da nossa vontade, não acontece de um dia para o outro, e que só é possível com um planejamento estratégico de médio e longo prazo, que dê conta de estabelecer, passo a passo, as tarefas necessárias.

Quando observamos a história do anarquismo, do anarcossindicalismo e do sindicalismo revolucionário, encontramos muitas referências para isso que estamos fazendo. Sabemos que, dependendo do país e da região, a diferenciação entre anarcossindicalismo e sindicalismo revolucionário muda bastante e é motivo de polêmicas.

Para nós, quando, em termos de estratégia de massas, damos preferência ao sindicalismo revolucionário frente ao anarcossindicalismo, é porque, por exemplo,

entendemos que o modelo sindicalista revolucionário da Confederação Operária Brasileira (COB), fundada em 1908 — baseado na proposta de um sindicalismo que abarcasse todos os trabalhadores dispostos à luta, sem uma vinculação explícita e programática com uma ideologia ou doutrina —, é mais interessante do que o modelo anarcossindicalista da Federación Obrera Regional Argentina (FORA), de 1905 em diante — baseado na proposta de um sindicalismo vinculado ideológica e programaticamente ao anarquismo. Para nós, o anarquismo deve estar dentro do movimento sindical, e não o contrário.

O sindicalismo revolucionário que defendemos se torna claro com a linha de massas que explicitamos anteriormente. Não queremos sindicatos ou movimentos anarquistas, mas de trabalhadores, que possam ter no anarquismo uma referência influente, desde certas práticas que sejam capazes de apontar para uma transformação social nas linhas que sustentamos. Entretanto, sabemos que há um longo caminho para que essa estratégia tenha condições concretas de ser implementada em larga escala no Brasil. Mas na medida em que acreditamos que os meios devem ser coerentes com os fins, e conduzir a eles, buscamos construir desde já, nos sindicatos que temos presença, essa perspectiva estratégica.

Vocês podem falar um pouco sobre a situação do campo no Brasil?

Antes de tudo, é importante mencionar a importância que a questão da concentração fundiária tem na formação social do Brasil, no campo e na cidade. Atualmente, o Brasil possui 453 milhões de hectares sob uso privado,

que correspondem a 53% do território nacional. Desde o período colonial, as classes dominantes do país vêm tentando criar as condições para a manutenção da propriedade privada nessa concentração fundiária.

Em 1850, quando o movimento abolicionista ganhava força e antes da Lei da Abolição da Escravatura, a Lei de Terras foi estabelecida para regulamentar a propriedade privada no país. Isso impediu, entre outras coisas, que a população negra pudesse ter a propriedade de terras para viver e trabalhar, e contribuiu com a exclusão social dessa população. Ou seja, parte das desigualdades sociais, das relações de dominação e do racismo estrutural no Brasil está relacionada ao processo histórico de concentração de terras no país.

Por isso, historicamente, existiram diversos processos de revolta e mobilização no campo brasileiro, assim como atualmente existem diferentes movimentos do campo, desde os mais organizados a nível nacional, até grupos menores e locais. Ao longo da história do país, a população do campo vem sendo sistematicamente expulsa para as grandes cidades por conta da concentração de terras, da grilagem, da violência e da falta de políticas que garantam que os pequenos agricultores e trabalhadores do campo possam continuar nesse local. Isso tem levado a uma concentração populacional cada vez maior nas grandes cidades.

Em grande parte, esse contexto histórico também explica por que o Brasil segue sendo um país agrário exportador de grãos, carnes, minérios e outros produtos primários. O Brasil tem 45% de sua área produtiva concentrada em propriedades superiores a mil hectares — apenas 0,9% do total de imóveis rurais. E grande parte da produção brasileira de *commodities* agrícolas

está vinculada a conglomerados de estrutura verticalizada, que controlam todo o processo, do plantio à comercialização. São empresas que exploram o mercado de terras, tanto para produção de *commodities* quanto para especulação financeira. Apesar disso, mais de 70% dos alimentos consumidos pela população brasileira são produzidos pela agricultura familiar e por pequenos agricultores, mas que ocupam a menor quantidade de terras agricultáveis do país.

Esse modelo tem se aprofundado e avançado sob os governos neoliberais e de extrema direita, como os de Temer e Bolsonaro, mas também vem se mantendo nos governos de Lula e Dilma. O lobby do agronegócio no Brasil é institucionalizado e forte; ele funciona no Congresso a partir da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA, formalizada com este nome em 2008). Mais recentemente, os ruralistas se organizaram no movimento Invasão Zero, um tipo de iniciativa paramilitar que tem apoio de setores da segurança pública, reprimindo ocupações de terra e retomadas de território de comunidades indígenas, principalmente nos estados do Pará e da Bahia. Os conflitos e assassinatos no campo e nas florestas continuam no governo Lula, principalmente nas áreas de avanço da fronteira agrícola, nas regiões norte e nordeste do país.

Em 2021, o governo Bolsonaro criou o programa Titula Brasil, com o objetivo de privatizar os assentamentos e acabar com as políticas de Reforma Agrária. E também de promover a desestruturação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), estimular o aumento da violência no campo e a destruição do meio ambiente. Apesar de englobar o país todo, o Titula Brasil foi desenhado especificamente com o propósito de agilizar o processo de regularização de imóveis na Amazônia

Legal, foco principal da política fundiária expansiva defendida por Bolsonaro.

Além de estimular o avanço da fronteira agrícola, principalmente no norte e no nordeste, essa política atendeu também aos interesses do setor da pecuária industrial, parte da base bolsonarista e setor mais retrógrado do agronegócio. Há também o setor do agronegócio dos grandes latifúndios mecanizados e tecnológicos, de monocultivo de grãos vendidos como *commodities* agrícolas para se transformar em ração para o gado em países como a China.

Por outro lado, o Plano Safra (programa de incentivo ao setor agropecuário) do governo Lula, em 2023, destinou apenas 20% do total do orçamento para a agricultura familiar, enquanto a maior parte dos recursos federais segue para financiar o agronegócio e os latifundiários, que ainda contam com isenções fiscais. A liberação de agrotóxicos, muitos deles proibidos na Europa, segue também no governo Lula. O total de registros de agrotóxicos em 2023 foi de 555, abaixo do total registrado em 2022 (652) e 2021 (562), mas ainda no mesmo patamar dos governos Temer e Bolsonaro.

E qual é a situação do movimento camponês sem-terra neste momento?

Inicialmente, é importante caracterizar aqui, em linhas gerais, dois dos maiores movimentos do campo no Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Por seu tamanho, eles acabam pautando essa questão

no país, e é por isso que hoje não podemos entender o movimento camponês sem falar deles.

O MST foi fundado em 1984, e o MPA em 1996. Ambos compõem o chamado “projeto democrático popular”, de acordo com a terminologia dos anos 1980 e 1990. Esse projeto atualmente dirige majoritariamente outros grandes organismos, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), no setor sindical, e a União Nacional dos Estudantes (UNE), no setor estudantil. E tem no PT seu grande representante político-institucional. Ou seja, trata-se de um campo que compõe diretamente o petismo ou que possui grande influência dele.

É importante lembrar que o MST e o MPA também compõem a Coordenadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (CLOC) e a Via Campesina, junto com o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP), Pastoral da Juventude Rural (PJR), Coordenação Nacional das comunidades quilombolas (CONAQ), Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Associação dos Estudantes de Engenharia Florestal (ABEEF) e Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

O MST tem como principal linha programática a Reforma Agrária Popular, partindo da brutal concentração de terras no Brasil. Nesse sentido, elaborou um programa que pensa tanto as questões agrárias (a democratização do acesso à terra para quem vive e trabalha nela) quanto agrícolas (condições, técnicas e formas de produzir na matriz agroecológica). Atualmente, isso envolve diversos temas e pautas como gênero, educação do campo, saúde,

LGBT, formação, produção, comercialização, habitação, cultura entre outros.

O MPA surgiu nos anos 1990, por entender a insuficiência do sindicalismo rural para dar conta das demandas de sobrevivência dos pequenos agricultores naquele momento. Defende e apoia a reforma agrária, mas organiza famílias camponesas e de pequenos agricultores que já têm a sua terra. E o fazem segundo um entendimento de que é preciso políticas que garantam a manutenção dessas famílias no campo e que evitem que as pessoas tenham que deixar a terra para tentar sobreviver nas grandes cidades. Ou seja, políticas para habitação, apoio à produção, créditos, comercialização, cultura, lazer, saúde, infraestrutura, educação do campo entre outras. O Plano Camponês é o programa que sistematiza as principais propostas do movimento para essas pautas.

Falando sobre a luta nesse setor na atual conjuntura, no início do atual governo Lula ocorreram ocupações em mais de 10 cidades, protagonizadas por outro movimento, a Frente Nacional de Luta Campo e Cidade (FLN) no sudeste e no sul do país. A FLN foi fundada em 2014, e tem como uma das principais referências um ex-militante histórico do MST, Zé Rainha. Também ocorreram nesse período ações de ocupação temporária do Incra pelo MST no sul da Bahia. A FLN, fundada em 2014, tem como uma das principais referências um ex-militante histórico do MST, Zé Rainha. Apesar desse início de ano, recordemos que os movimentos ligados à Via Campesina e ao campo democrático popular optaram por uma linha de recuo a partir do primeiro governo PT (2003 em diante), e não apontam nenhuma mudança significativa, sobretudo no novo governo de Lula.

Por exemplo, no primeiro governo PT (2003-2006), o MST adotou a linha de não avançar com as ocupações de terra, mas qualificar os assentamentos já existentes. Apostou na liberação de políticas de créditos e de fomento para a produção, que ajudassem a estruturar as cooperativas de beneficiamento e comercialização nos estados, como as de crédito, laticínios, arroz e derivados do leite. Se por um lado a organização de ferramentas econômicas é importante como forma de agregar valor à produção e gerar renda para as famílias assentadas, formar nas metodologias do trabalho cooperado e coletivo, desenvolver conhecimento e tecnologia, e organizar o território, por outro lado isso pode gerar muita dependência de políticas públicas, créditos e programas do governo. O que contribui para uma linha que busca mais negociar primeiro e evitar pressionar o governo, e que, com o tempo, constrói uma cultura política de adaptação ao sistema em detrimento de uma política combativa.

O fato é que pouca coisa mudou na política da reforma agrária e para a agricultura familiar nos primeiros governos Lula e no governo Dilma (2003-2016). E piorou ainda mais com os governos Temer e Bolsonaro. Apesar disso, os movimentos do campo democrático popular se limitaram a algumas manifestações pontuais e a ocupações de caráter mais político e de curta duração. Seja porque foram perdendo a capacidade de mobilizar suas bases, seja porque preferiram deixar o governo Bolsonaro desgastar, apostando numa mudança de conjuntura via eleições e não pela pressão social das lutas e das ruas.

Nesse meio tempo, o MST e o MPA avançaram em diferentes formas de diálogo e propaganda com a sociedade. Isso inclui pautas de gênero e LGBT, campanhas de doação de alimentos para comunidades e favelas (principalmen-

te na pandemia). E além disso: formações de agentes populares de saúde, feiras da reforma agrária estaduais e nacionais, produção de arroz orgânico. Exemplos disso são espaços como os Armazéns do Campo (MST) e Raízes do Brasil (MPA) em grandes capitais, nos quais se comercializa a produção agroindustrializada das cooperativas e se realizam atividades políticas e culturais. Foram avanços, apesar de grande parte desse diálogo ter sido feito principalmente com os setores médios urbanos. Algo que acabou dando ao movimento uma cara mais palatável e higienizada, e apagando a antiga imagem dos camponeses com suas foices em grandes marchas e ocupações.

Nas eleições presidenciais de 2022, o MST e outros movimentos, como os indígenas, apostaram também nas candidaturas próprias para deputado estadual. Outros, como os petroleiros, apoiaram candidatos de setores próximos. Isso foi feito para tentar fazer com que determinadas políticas e pautas avançassem em nível institucional, mas terminou contribuindo ainda mais com o distanciamento desses movimentos das políticas de ação direta. Ao mesmo tempo que demanda parte importante das energias dos movimentos, também se relaciona ao fato de que, mesmo com um governo petista e do mesmo campo político, as pautas da reforma agrária continuam a não avançar. Assim como também não houve avanços significativos nas políticas de reforma agrária e de agricultura familiar nos primeiros governos Lula e no governo Dilma. Atualmente, são cerca de 90 mil famílias ainda acampadas no Brasil, aguardando o avanço da reforma agrária.

Nossa perspectiva é que, diante da estagnação no atendimento às pautas do campo pelo governo, as ocu-

pações de terra e as mobilizações de massa, em diferentes níveis, sejam retomadas. Pois, além do governo Lula estar cedendo cada vez mais ao chamado “centrão” (como colocado, a direita tradicional do Congresso), a extrema direita bolsonarista também segue se mobilizando. Enquanto isso, uma série de direitos sociais estão ameaçados ou precisam urgentemente avançar. E isso só com pressão popular.

Processos de mobilização para pressionar o governo por pautas sociais, assim como processos de ocupação de órgãos públicos e ocupações de terra e moradia são também importantes táticas pelo caráter formativo e de ajudar na renovação da militância. O recuo é nocivo aos movimentos sociais, pois leva a cada vez mais desmobilização de suas bases e menos capacidade de produzir força social. E produz, em consequência, menos influência na sociedade e menos construção de referencial no campo da esquerda, como exerceram de forma relevante o MST e outros movimentos até o final dos anos 1990.

OSL

LINHAS E TRABALHOS DA OSL



Vocês podem explicar sua concepção de poder popular?

A construção do poder popular autogestionário é a base de nossa concepção estratégica. Ela exige uma estratégia geral que implica, para as classes oprimidas, uma transformação de capacidade de realização em força social e, depois, uma transformação de força social em poder. Explicamos em seguida como entendemos esse processo.

Para nós, as classes oprimidas possuem uma capacidade de realização, ou seja, um potencial ou possibilidade de produzir força social. Quando elas colocam essa capacidade em ação, passam a ter existência material/real e conformam uma força social, ou seja, essa energia aplicada nos conflitos sociais para atingir certos objetivos. Trabalhadores não organizados e que não se engajam em movimentos e lutas não produzem força

social. Portanto, quando organizamos ou fortalecemos movimentos populares estamos fazendo exatamente isso: dando materialidade ao potencial transformador das massas; colocando/ reforçando uma força em jogo que, no conflito com outras forças, estabelecerá as relações de poder e determinará a conformação da realidade social.

Mas constituir uma força social não basta. Essa força precisa crescer, de modo a enfrentar as outras forças em jogo. De modo que uma tarefa importante é encontrar meios de aumentar permanentemente essa força, seja com o crescimento de membros, a otimização das forças, o desenvolvimento de capacidades, o manejo de recursos etc. Acontece que para os anarquistas em geral, e para a OSL isso não é diferente, não se trata de fazer qualquer coisa para aumentar essa força. Isso fazem aqueles que hipotecaram princípios em favor do pragmatismo. Essa força precisa aumentar, mas de acordo com certos critérios estratégicos, programáticos e éticos. Isso porque são esses meios que apontarão para os fins que pretendemos construir.

Isso exige defender e promover uma linha de massas nesses movimentos, muitas vezes disputando com outros setores, correntes etc. Essa linha — que, como falamos, tem similaridades com o sindicalismo revolucionário — inclui alguns elementos importantes.

Fortalecer as organizações de base em todos os setores (sindical, comunitário, agrário, estudantil etc.). Garantir a força e o protagonismo dos trabalhadores da base. Não subordinar os movimentos às posições políticas ou ideológicas (sindicato anarquista, movimento estudantil anarquista etc.). Lutar pela independência de classe frente a todas as instituições e pessoas que exerçam relações de dominação com os movimentos ou

promovam sua dependência (patrões, Estado, partidos, igrejas, ONGs etc.).

Cultivar permanentemente a solidariedade de classe, evitando a mobilidade social de indivíduos ou setores e apostando na transformação estrutural e revolucionária da sociedade. Fortalecer as lutas sociais e conquistas por meio de mobilizações combativas, fazendo com que as lutas e conquistas imediatas (reformas) possam apontar para um horizonte transformador e revolucionário (revolução). Confrontar as instituições inimigas por meio dos movimentos populares, o que implica a promoção da ação direta e que a política dos trabalhadores seja desenvolvida em suas próprias instituições. Recorde-se que o Estado é uma instituição das classes dominantes e que tem a capacidade de produzir uma classe dominante: a burocracia.

Garantir o protagonismo dos trabalhadores, com as decisões envolvendo ampla participação e sendo tomadas pela base, visto que isso fortalecerá os trabalhadores. Lutas e movimentos são espaços para a criação de um novo sujeito revolucionário e uma nova sociedade; esse sujeito não é produzido automaticamente pela estrutura desigual da sociedade e nem pelas vanguardas autoritárias, cuja submissão que impõe às bases produz sujeitos incapazes de promover a transformação que buscamos.

É a força social produzida pelas classes oprimidas a partir dessa linha que tem condições de se impor a outras (revolução social) e estabelecer uma forma autogestória ou libertária de poder, ou seja, esse equilíbrio temporário que se estabelece quando há essa sobreposição entre forças. Poder que pode se basear na dominação (como no caso do capitalismo, das experiências “socialistas” etc.) ou na autogestão e no federalismo. Nosso

objetivo finalista é o socialismo libertário, com uma socialização generalizada (econômica, política, cultural), o fim das classes e de todas as formas de dominação. É apenas nessa sociedade que esse poder popular se consolida plenamente.

Poderiam nos dar exemplos concretos?

Vejam como essa concepção de poder popular se aplica, por exemplo, no movimento de moradia. A primeira coisa é que há um contingente enorme de trabalhadores que não tem acesso à moradia ou à moradia digna. E é uma pequena minoria que está articulada em movimentos de moradia. Vemos aí que há toda uma capacidade de realização que não se transformou em força social. Se julgarmos estratégico trabalhar com esse setor, o primeiro passo será, por um lado, pensar em formas de organizar essas pessoas desorganizadas, criar lutas, movimentos etc. Por outro lado, isso também exigirá mapear os movimentos existentes, avaliar estrategicamente suas perspectivas e, se for o caso, participar deles promovendo nosso programa.

Grande parte dos movimentos de moradia brasileiros focam na organização dos sem-teto, visando a construção de força social direcionada para a disputa do Estado por meio das eleições. Muitas vezes são movimentos articulados por partidos que fazem daqueles sem-teto base para as eleições ou o que chamamos aqui de “curral eleitoral”. Esses políticos prometem que, ao serem eleitos (vereadores, deputados, senadores etc.), defenderão a pauta moradia no parlamento. Mas sabemos como essas coisas funcionam.

No caso de participação em movimentos com essa perspectiva, será fundamental dar combate a esse setor partidário e a essa relação de dominação entre partido e movimento. Caberá a nós, também, estimular essa forma autogestionária de construir as lutas e o próprio movimento: lutar para que haja assembleias permanentes, que a base seja estimulada e capacitada para participar, que as lideranças sejam legítimas e respondam aos interesses da base etc.

Será também fundamental promover nossa concepção revolucionária, que é a mais efetiva até mesmo para ganhos imediatos e para pressão nos governos de turno. Tentamos promover a ideia de que qualquer ganho imediato dentro do capitalismo-estatismo estará vulnerável e será retirado na primeira oportunidade que as classes dominantes conseguirem.

Lembremos que quem está desorganizado em um movimento ou não possui um programa é usado por outras forças. Reproduz as posições de outros, se torna linha auxiliar de outros, mesmo que sem saber.

Tudo isso funciona assim para esse e outros tipos de movimento. Participar e enfrentar a prática política cotidiana. Avaliar quais são os setores, as forças em jogo, como se posicionar internamente (aliados, adversários etc.) e como avançar em nosso programa. Importante mencionar que há de nossa parte um movimento duplo: trabalhadores que já estão num determinado setor (por exemplo, uma categoria profissional), que se tornam anarquistas, e trabalham para articular este setor; mas também setores que julgamos estratégicos e que deslocamos militância para o trabalho, com vistas a fazer avançar os esforços estratégicos e, também, promover o anarquismo para certa militância.

Para a OSL, qual é o sentido do anarquismo para os povos que habitam o território do Estado brasileiro?

O Brasil é um país com mais de 200 milhões de pessoas e sua composição interna é complexa e diversa. Se entendermos “povo” não no sentido liberal-burguês (como totalidade dessa população), mas da maneira classista, como muitos anarquistas o fizeram na história, podemos dizer, de acordo com uma análise que elaboramos há algum tempo, que as classes oprimidas brasileiras possuem uma diversidade importante.

Atualmente, há uma maioria de proletários urbanos e rurais (75% da população), mas com condições de trabalho e de vida muito diversas entre si: trabalhadores assalariados, autônomos, precarizados; setor privado, público e outros, vivendo na cidade e nos campos etc. Há também um contingente importante de camponeses e povos tradicionais (10% da população), que também é diverso: pequenos proprietários, rendeiros e posseiros, indígenas, quilombolas, ribeirinhos etc. Há, enfim, uma quantidade menor de pessoas completamente marginalizadas (2% da população), que incluem aqueles em situação análoga à escravidão, presidiários, moradores de rua etc. Essa situação de classe é profundamente atravessada por questões de raça, gênero, etnia e sexualidade.

Ou seja, no Brasil, precisamos dar conta dessa realidade complexa e profundamente diversa dos povos ou classes oprimidas. O desafio que temos que enfrentar é que essas classes, na maioria dos casos, estão desmobilizadas. E, quando mobilizadas, estão atravessadas por inúmeras questões e engajadas em lutas setoriais, parciais etc. Há maneiras equivocadas de lidar com essa situa-

ção, que vêm sendo adotadas por setores da esquerda. Podemos dar alguns exemplos.

1. Eleger de antemão um setor supostamente revolucionário, seja o proletariado urbano industrial, por sua posição no modo de produção, ou os marginalizados, porque não têm nada a perder; isso limita severamente a força social de nosso projeto.
2. Mobilizar setores diversos com bandeiras de luta variadas, por meio de inúmeros movimentos isolados que não possuem nada que os unifique, e que quando trabalham em torno de questões que extrapolam classe, o fazem desde uma perspectiva policlassista; isso reforça a fragmentação e reduz muito o potencial transformador dessas lutas.
3. Trabalhar com um classismo reducionista, deixando para outro momento ou desconsiderando questões como raça e gênero e entendendo que, de algum modo, é possível mobilizar trabalhadores no Brasil sem dar conta dessas questões; isso complica nossa capacidade de mobilização e engajamento.

Entendemos que é necessário fugir dos modelos estatistas homogeneizadores, e, ao mesmo tempo, garantir certas posições capazes de dar unidade a essa diversidade. Ou seja, precisamos, por um lado, romper com o apagamento ou silenciamento de certas classes e frações de classe, assim como de suas lutas e reivindicações. Para nós, o federalismo autogestionário é um modelo de organização que pode subsidiar a construção de uma frente de classes oprimidas, abarcando toda sua diversidade. Mas, por outro lado, também precisamos romper com o isolamento, reconstruir o tecido social e, especialmente,

unificar diferentes lutas numa perspectiva transformadora, de maneira que sirvam para a construção do socialismo libertário que almejamos.

São essas as razões de defendermos um feminismo e um antirracismo que são, ao mesmo tempo, libertários, classistas, revolucionários e internacionalistas. Esses são elementos fundamentais de nosso projeto autogestionário de poder popular.

Como a OSL se relaciona com os movimentos sociais e populares? Em que lutas a organização possui atuação?

Antes de mencionar os setores e as lutas em que temos presença, acreditamos que é importante retomar, em linhas gerais, nossa estratégia de tempo restrito, que foi mencionada anteriormente. Essa estratégia de certa amplitude vem pautando todos os nossos trabalhos sociais particulares em diferentes movimentos.

Partimos de nossa leitura da realidade, que constata estar havendo, nos últimos anos, um avanço considerável do neoliberalismo. O que tem implicado duros ataques às poucas medidas de bem-estar que existiam, por meio de “reformas” (ataque/retirada de direitos) em áreas como trabalho, previdência etc. E também uma pressão maior das classes dominantes sobre as classes oprimidas.

A extrema direita vem crescendo, dentre outras coisas, porque se alinhou a essa visão radicalizada de neoliberalismo e, com isso, atraiu parte importante dos interesses do grande capital. E, também, por um discurso abstratamente antissistêmico (“contra tudo o que está aí”), que mobiliza uma base popular, ela mesma vítima desse processo de fortalecimento do neoliberalismo. A

“resposta” que tem sido oferecida pelo campo socialdemocrata/social-liberal (petismo e campo democrático popular) aposta na conciliação de classes e num deslocamento para o centro do espectro político, com o interesse de defender o “Estado Democrático de Direito”, as “instituições” etc. E isso tem desgastado ainda mais o seu já moderadíssimo e combalido projeto político.

Frente a essa conjuntura de médio prazo, elaboramos uma estratégia de tempo restrito (entre as táticas e a estratégia geral). Ela propõe construir/fortalecer uma esquerda radical e combativa, à esquerda do petismo, e que priorize tanto as críticas e análises anticapitalistas e revolucionárias, quanto os conflitos e enfrentamentos de classe. Isso obviamente exige alianças com outros setores e nos coloca no papel de oposição de esquerda ao projeto democrático-popular. Ainda que esse campo (radical, anticapitalista, revolucionário) sempre tenha existido no Brasil, nas últimas décadas de hegemonia petista na esquerda, ele se enfraqueceu mais do que em outros tempos. Hoje, ele é muito minoritário na sociedade brasileira, seja na esquerda que está no Estado, seja na esquerda que está fora dele.

Essa estratégia também propõe, ao mesmo tempo, disputar a linha desse campo, reforçando elementos de nosso programa como a ação direta, a independência e a consciência de classe, e apontando a necessidade de avançar num projeto de poder popular autogestionário. Isso mostra um pouco que, no médio prazo, nosso objetivo é retomar o vetor social do anarquismo, uma linha e uma influência de massas; ou seja, tornar o anarquismo uma força considerável entre os trabalhadores brasileiros.

Levando em conta que a OSL é uma organização de trabalhadores (anarquistas), que esses trabalhadores

estão envolvidos em distintos setores, movimentos e lutas das classes oprimidas, e que o trabalho social (de base, de massas) está no centro das nossas prioridades estratégicas, toda a militância da organização contribui cotidianamente para promover essas linhas nas frentes sindical, comunitária/agrária e estudantil. Em termos geográficos, nossa presença em movimentos e lutas nesses setores acompanham nossa presença nacional, conforme mencionado anteriormente. Temos maior presença nas regiões sudeste e centro-oeste do país (em função de nossa constituição como organização) e estamos avançando aos poucos para o sul, o nordeste e o norte.

No setor sindical, temos nos aliando a esses setores mais radicalizados. Temos combatido o sindicalismo de direita, como a Força Sindical, e também o peleguismo da CUT, da CTB etc. Realizamos permanentemente trabalho de base em nossas categorias, articulando, mobilizando, estimulando as perspectivas de organização, luta e mobilização. Isso é feito em quatro circunstâncias diferentes.

1. Em alguns casos, atuamos como oposição (quando não estamos na direção, por perder ou não disputar eleições sindicais majoritárias);
2. Em outros casos, atuamos como situação (quando fazemos parte da direção, por vencer as eleições sindicais majoritárias);
3. Há ainda os casos em que atuamos com presença proporcional na direção (quando o sindicato não tem eleições majoritárias, mas proporcionais, e abarca em sua direção todas as forças políticas do sindicato);
4. Finalmente, nos casos em que há muita repressão para a organização dos trabalhadores, optamos pelo

sindicalismo clandestino, articulado fora da estrutura oficial do sindicato.

Nossos trabalhos sindicais têm se concentrado num conjunto de setores e categorias que incluem: educação pública e privada (trabalhadores e professores); previdência, saúde e assistência social; transportes; serviços; jornalismo; pesquisa e tecnologia. Ainda que não tenhamos militância orgânica, possuímos contatos próximos e laços de solidariedade com trabalhadores do setor industrial, como os metalúrgicos. E, recentemente, tivemos uma participação junto a luta de trabalhadores uberizados (entregadores e Ubers). Nossa atuação envolve trabalhadores formais, terceirizados, quarteirizados e precarizados em geral.

No setor comunitário, os trabalhos são um pouco mais difusos e se distribuem em diferentes movimentos urbanos e periféricos, cuja atividade se dá principalmente em torno da organização de bairros/regiões e das lutas por moradia (ocupações de terrenos e edifícios, lutas contra despejos e pelo acesso a serviços etc.). Em alguns casos, participamos de movimentos já existentes, com linhas políticas e estratégicas variadas (algumas vezes compomos a força majoritária e em outras somos minoritários), e em outros construímos nós mesmos os movimentos, tendo maior influência nas linhas, como no caso do Movimento de Organização de Base (MOB) em certas localidades.

Temos também trabalho no campo, com movimentos e lutas rurais, de trabalhadores, camponeses e povos originários. Entre trabalhadores e camponeses temos participado de movimentos com bandeiras que incluem lutas contra o agronegócio e o latifúndio; por acesso à

terra e condições de permanência no campo; reforma agrária radical e produção agroecológica de alimentos. Em função de uma existência mais restrita de movimentos rurais, e também graças a contextos muitas vezes marcados por violência e repressão, temos participado de movimentos mais amplos, com abrangência nacional, mas que estão sob hegemonia do petismo, tais Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Nesse caso, nossa opção é pela construção de uma posição alternativa dentro dos próprios movimentos, nos quais, em alguns casos, só compomos a base e, em outros, temos posições nas estruturas.

No movimento indígena, temos presença em algumas aldeias, entre certos povos e em algumas articulações regionais e nacionais. Temos contribuído com a reorganização que o movimento vivenciou no último período e buscado romper com as posições que se restringem ao assistencialismo e à atuação institucional. Certos setores do movimento já possuem uma cultura de autonomia e resistência, que se aproxima de nossas linhas, e isso facilita bastante o trabalho.

Os trabalhos rurais têm permitido conectar mais diretamente a luta de classes com outras questões. Por exemplo, nos litorais, nosso trabalho entre os indígenas articulado a outras frentes tem tomado como ponto fundamental a proteção da mata atlântica brasileira, de maneira que esse trabalho ganha, ao mesmo tempo, uma perspectiva ecológica. O trabalho com camponeses e pequenos produtores do campo tem permitido encampar reivindicações como soberania alimentar, o fim dos agrotóxicos na produção de alimentos, a necessidade de

preservação do solo etc.; e isso também adiciona outros elementos relevantes em nossas lutas.

No setor estudantil e de juventude, temos presença em universidades públicas e privadas, e também entre jovens das periferias que estão (ou não) na escola e/ou não foram para a faculdade. Em certos casos atuamos em movimentos e tendências que foram construídos por nós, e em outros casos integramos movimentos mais amplos, tentando priorizar aqueles que possuem maior afinidade com a esquerda radical. Nas universidades, temos defendido a educação pública sob controle dos trabalhadores, a permanência estudantil e combatido a influência neoliberal e privatizante. Nas periferias atuamos com a juventude, principalmente organizando bairros periféricos a partir de atividades culturais, que envolvem capoeira, música, eventos etc., e buscando avançar para a construção de lutas mais diretas, por moradia por exemplo, e para a organização de base por meio de assembleias populares regulares que tratam de questões locais e da conjuntura nacional.

Importante mencionar aqui que optamos em não ter frentes dedicadas exclusivamente às questões de gênero/sexualidade e raça/etnia. por avaliarmos que essas questões atravessam todas as frentes e devem ser tocadas por toda militância em todos lugares que estamos inseridos. Assim, todos os militantes – sindicais ou estudantis, por exemplo – são também militantes das questões de gênero/sexualidade e raça/etnia em seus locais de trabalho ou estudo.

Se colocássemos mulheres, LGBT+s, negros, indígenas etc. trabalhando apenas com essas questões, isso, por um lado, faria com que os trabalhos sindicais, comunitários/agrários e estudantis ficassem restritos a uma

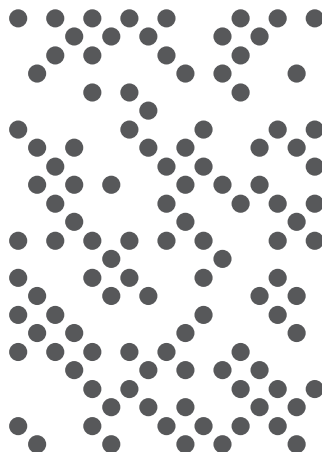
maioria de homens, brancos etc.; por outro, isso estimularia uma visão que são apenas mulheres que devem promover o feminismo, negros o antirracismo etc. Se colocássemos essa companheirada (mulheres, negros, LGBT+s etc.) também para participar das frentes sindical, comunitária etc., isso a sobrecarregaria. Seria a realização de dois trabalhos, enquanto quem não pertence a esses setores sociais historicamente oprimidos teria apenas um.

Buscando evitar esses problemas, nossa linha nas questões de gênero, sexualidade, raça e etnia é que elas sejam promovidas permanentemente em todas as nossas frentes e em todos os nossos trabalhos: dentro dos locais de trabalho, dos bairros, dos assentamentos, das universidades etc. Obviamente, isso não exclui a existência de espaços exclusivos convocados quando há necessidade para tratar de determinadas questões que demandam esse tipo de instância. Contamos na **OSL** com uma secretaria encarregada dessas questões e que pauta não apenas a organização, em nível político, mas contribui para a elaboração de linhas que subsidiem o trabalho social nas frentes. Essa linha também contribui com nosso envolvimento em outras mobilizações, nacionais e internacionais, como a luta em defesa da Palestina.

Por último, é importante falar que, na verdade, essa divisão ou separação em frentes que utilizamos serve apenas como solução organizativa para articular os trabalhos. Ou seja, entendemos que há apenas um conjunto de classes oprimidas para ser organizado, independente onde ela esteja. Por isso, não vemos os diferentes setores, movimentos e lutas como concorrentes entre si, e nem os tomamos isoladamente. Eles sempre podem se relacionar e confluir — algo que estimulamos permanentemente. Como colocamos, esse é um aspecto destacado

de nosso projeto de poder. Temos que ter atenção para as especificidades locais, mas sem deixar de fazer com que esses diferentes esforços apontem para um movimento amplo, uma frente de classes oprimidas, um projeto de poder autogestionário.

Entrevista feita por Embat, Organização Libertária da Catalunha, para o portal Regeneración Libertaria



Este livro foi composto com as fontes das famílias tipográficas **LORA** para seu texto corrido e **OSWALD** para as titulações. Para esta tiragem, imprimiu-se o miolo em monocromia digital sobre papel offwhite 80 g/m² e a capa em policromia sobre papel cartão 250 g/m², sob a demanda da **Organização Socialista Libertária (OSL)**.